



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação n° 33/2025

Processo Número: **2789/2025** | Data do Protocolo: 14/02/2025 18:07:11



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100380034003900340031003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, requero seja oficiado o Senhor Secretário de Segurança Pública, Guilherme Muraro Derrite, para que preste as seguintes informações sobre a desativação do presídio da Polícia Civil localizado em Santana, zona Norte da cidade de São Paulo, e transferência dos presos para o Centro de Progressão Penitenciária Feminino de São Miguel Paulista – CPP.

1. **Quais foram os critérios técnicos e administrativos que fundamentaram a decisão de desativar o presídio da Polícia Civil localizado em Santana, Zona Norte de São Paulo?**
2. **Que outras medidas, além do afastamento do diretor da unidade, foram tomadas em resposta à descoberta de celulares, dinheiro e outros itens proibidos dentro do presídio?**
3. **Qual será o destino do imóvel atualmente ocupado pelo presídio da Polícia Civil após sua desativação?**

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento de informações tem como base a matéria jornalística publicada pelo portal G1, em 10 de fevereiro de 2025, intitulada "Governo decide desativar presídio da Polícia Civil e mudar para prédio de penitenciária feminina na zona Leste de SP". De acordo com a reportagem, o presídio da Polícia Civil, localizado em Santana, na Zona Norte de São Paulo, será desativado, e os presos transferidos para o Centro de Progressão Penitenciária Feminino de São Miguel Paulista, na Zona Leste. A decisão ocorreu após a descoberta de celulares, dinheiro e outros itens proibidos dentro da unidade, o que também levou ao afastamento do diretor do presídio da Polícia Civil.

Diante da relevância do tema para a segurança pública e para a administração penitenciária do Estado, é importante conhecer os motivos pelos quais se fez necessária a desativação do presídio, uma vez que outras medidas poderiam ser adotadas para fazer cessar a situação de ilegalidade e prática de crimes no seu interior, especialmente considerando que as unidades prisionais já sofrem com superlotação e dificuldade de acesso a direitos fundamentais. Fundamental saber, ainda, qual destinação será dada ao prédio desativado.

A elucidação das questões ora formuladas é importante para que se possa assegurar que as ações do governo estejam alinhadas com o interesse público e com a eficácia e eficiência da gestão pública.

Eduardo Suplicy



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200310039003700360031003A005000

Assinado eletronicamente por **Eduardo Suplicy** em 14/02/2025 16:57

Checksum: **DC840255811A56D136E569DC8E62A23F4CC5D848E2AF2879FB1932EE1BA6AD10**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3200310039003700360031003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.